

No início, o autor desvincula a Eucaristia da compreensão “objetivista e coisificante” própria da Teologia do 2º milênio, reinserindo-a no contexto mistagógico da patrística; e refere a riqueza etimológica e a amplitude semântica da Reconciliação. Depois, discorre sobre o tema inspirando-se em São Tomás, que distingue três sinais em cada Sacramento (rememorativo, demonstrativo e prognóstico). Ora, a Eucaristia recorda a Reconciliação realizada pelo Pai por meio de Jesus, que “cobre a totalidade dos indivíduos, dos povos e das coisas”; e recorda-a, ao evocar a comensalidade includente de Jesus. Sendo sacramento, a Eucaristia realiza a Reconciliação, porque torna presente e real o corpo sacramental de Jesus (1ª epiclesse) e, pela comunhão neste corpo sacramental, transforma a assembléia em corpo eclesial, uma comunhão de pecadores reconciliados (2ª epiclesse). A Eucaristia anuncia, “para além da história, a Reconciliação plena de todas as pessoas, do cosmos”. Anuncia uma Igreja que deve viver reconciliada para que possa pedir: “Reconciliai-vos com Deus!”, uma Igreja aberta à hospitalidade eucarística em vista da verdadeira intercomunhão eclesial. Anuncia “a importância do encontro em torno de uma mesa”, anuncia que a Reconciliação exige conversão, pois só assim se superam as alienações e conflitos nos indivíduos, nas relações, na sociedade. “Pela força mesma de sua natureza simbólica”, a Eucaristia anuncia que a tarefa de reconciliar é “mais futura e utópica do que realizada e vivida”.

Abstract: At the outset, the author distances himself in the presentation of the Eucharist from the “objectivistic and material” mode of understanding, typical of the theological usage of the 2nd millennium, and inserts it in the mystagogical context of the Patristic tradition, and makes reference to the rich etymology and a wider semantic spectrum of Reconciliation. Furthermore, he delves into three distinguishing signs of each sacrament, such as memorial, demonstrative, and prognostic, as he refers to St. Thomas. Applying these aspects to the Eucharist he states that this sacrament commemorates the Reconciliation of God the Father through Jesus Christ on behalf of humankind. Thus the body of Christ is the center of convergence of those who receive the sacrament of the Eucharist (1st epiclesis) by sharing among them the gift of God’s Reconciliation (2nd epiclesis). Moreover, the Eucharist makes known to the whole wide world that full reconciliation is bestowed upon every person and therefore announces through the Church that all those who receive Holy Communion have access to the source of God’s reconciliation in this world as effectively and enduring without end.

Eucaristia e Reconciliação

João Batista Libânio SJ*

* O Autor, Doutor em Teologia, é professor na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, FAJE, em Belo Horizonte, MG.



I. Introdução

João Paulo II, na Exortação apostólica pós-sinodal sobre a Reconciliação e Penitência, assinala o contraste entre um mundo despedaçado e a nostalgia da reconciliação. Tornou-se lugar comum, que nos dispensa de repeti-lo, elencar as situações conflituosas do mundo atual entre grupos, classes sociais, países e continentes, de natureza econômica, política, cultural e religiosa.

A humanidade esperava ter entrado em novo período de distensão com o término da guerra fria, depois que o bloco socialista desmoronara como castelo de cartas sem violência, em rapidez eletrônica. Sozinho, permaneceu no reinado o capitalismo neoliberal, sob a égide americana. E eis que, com 11 de setembro de 2001, o mundo ficou mais violento ainda e sob terrível neurose de atentados. A invasão do Iraque simboliza nova situação em que a mentira, o engodo, a truculência, se justificam por si mesmos.

E a nostalgia da reconciliação, onde se manifesta? Os movimentos: pacifista, anti-armamentista, ecológico, da defesa dos Direitos Humanos, indígena, da consciência negra: as reuniões do Fórum Social Mundial; o incremento do diálogo ecumênico e inter-religioso e tantas outras iniciativas internacionais e regionais, apontam para o sonho de reconciliação.

Que resposta a Eucaristia oferece à “saúde de um futuro de reconciliação”?

II. Eucaristia

A teologia da Eucaristia guinou, na esteira do Concílio de Trento, para o aspecto objetivista, tomando distância da tradição patrística de caráter antes simbólico. Santo Tomás chama a graça do sacramento de *res*, “coisa” em latim. Mesmo que ele a entendesse de modo diferente, a força semântica da palavra “coisificou” a concepção de graça. K. Rahner, não sem ironia, se referiu “a pacotes de graça”.

Essa concepção provocou um duplo mal-estar de ordem celebrativa e de ordem teológica. Respeito ao primeiro, a missa praticamente se reduzia à consagração. No tempo em que na igreja havia muitos altares laterais com missas simultâneas, conta-se de um irmão piedoso, que corria de altar em altar, ao ouvir a campainha da consagração, para assistir ao maior número possível de missas, julgando que assim obtinha mais graça.



A missa era pensada como cópia exata da instituição acontecida no cenáculo. A consagração se desvinculava do movimento da oração eucarística, como um todo. Esta não passava de uma série de orações independentes que enquadravam a consagração. Portanto, uma compreensão isolada, mecanicista. Acontecia verdadeira fixação na presença real e se insistia na eficácia material das palavras consecratórias. Quantos escrúpulos de sacerdotes que temiam ter omitido alguma palavra da consagração!

O segundo mal-estar se originava da teologia manualística. Estabelecia-se, primeiro, a estrutura do sacramento – existência, essência, efeitos, ministro e sujeito – e depois ela era aplicada à Eucaristia. Teologia extremamente objetivista e coisificante. A ordem histórica e conjuntural da tratção da Eucaristia pelo Concílio de Trento levou ao acentuado corte teológico entre a dimensão de sacramento e de sacrifício. A doutrina da presença real e da transubstanciação reforçou o aspecto coisal, não se dando conta de que a natureza sacrificial se fundamenta na sacramentalidade da Eucaristia (1).

As conseqüências não se fizeram esperar. A Eucaristia pós-celebrativa adquiriu cada vez mais importância sob a forma de adoração, comunhão fora da missa e outros atos de piedade. A própria instituição dos Congressos Eucarísticos pagou tributo a esse estrabismo teológico. Esquecia-se a relação íntima entre o todo do ato celebrativo, a presença real, e a reserva eucarística. Não cabe aqui entrar nas razões históricas que explicam essa anomalia celebrativa e teológica do segundo milênio. Passa-se da relação símbolo-realidade do tempo patrístico para a de substância-acidente, deslocando por isso a discussão para o aspecto substancial da presença real. Sem dúvida influenciou o encontro da Igreja com os povos germânicos. Insensíveis a um horizonte simbólico (*Bildtheologie*) inclinaram-se para o realismo coisal (2). Nesse contexto entende-se a disputa entre as posições clássicas do realismo físico do abade Radberto, o realismo simbólico do monge Ratramno e o simbolismo vazio de mestre Berengário (3).

A Eucaristia, no primeiro milênio, era trabalhada dentro de uma metodologia global, dinâmica e mistagógica, pelos Santos Padres. Tratava-

1 C. GIRAUDO, *Num só corpo. Tratado mistagógico sobre a eucaristia*, São Paulo, Loyola, 2003, p. 1-13.

2 A. GERKEN, *Theologie der Eucharistie*, München 1973.

3 C. GIRAUDO, op. cit., pp. 415-432.



se de introduzir o fiel no mistério por meio de uma compreensão orante. Primeiro se rezava e depois se cria. A *lex credendi* (normativa da fé) emanava da *lex orandi* (normativa da oração). Estatuía-se como ponto de referência o momento cultural em que se realizam os sacramentos. Paradigmáticas se tornaram as catequeses mistagógicas de S. Cirilo de Jerusalém (4). A igreja, como lugar do culto, era a melhor sala de aula para estudar os sacramentos, rezando-os, e o altar era o mestre da teologia eucarística. A anáfora – oração eucarística – se entende com as partes – epiclese, relato da instituição, anamnese, epiclese sobre a comunidade – inter-relacionadas, fazendo um todo, um movimento (5).

III. Conceituação de Reconciliação

1. Etimologia

Reconciliação permite muitas compreensões. Uma primeira abordagem etimológica aproxima-nos da riqueza do termo. Este se origina do latim – *reconciliatio*. O dicionário latino Forcellini nos orientará por esse matagal etimológico (6). Traduzindo em português, o verbo *reconciliare* significa restituir em graça, reconduzir à concórdia, conciliar e jungir de novo a paz ou a amizade. Mas o mais interessante aparece quando se vai ao termo-base *conciliare*. Na sua origem há três metáforas fundamentais. A primeira na ordem etimológica vem do ato de o pisoeiro com o pisão (máquina) comprimir e bater o pano, apisoando-o. A segunda se refere ao fato de unir os elementos naturais ou os fármacos em vista de manipular um remédio. E em terceiro lugar, *conciliare* se relaciona com *cum + calare*, Ora, *calare* traduz o ato de convocar as pessoas para determinado lugar a fim de deliberar. A reconciliação exprime, portanto, pisar para curtir um pano, unir elementos ou fármacos, e convocar pessoas para uma reunião em determinado lugar.

2. Semântica:

A etimologia oferece o caminho para a semântica. Reconciliar, fundamentalmente, significa reunir, recongregar o disperso – coisas ou

4 S. CIRILO de Jerusalém, *Catequeses mistagógicas*, Petrópolis: Vozes, 1977.

5 C. GIRAUDO, op. cit., pp. 7ss.

6 Concilio, in Ae. FORCELLINI, *Lexicon totius latinitatis*, Pádua, Typis seminarii, 1940, vol. I, 746s.



peças. O Direito Canônico antigo, sem espírito ecumênico, usava o verbo no sentido de reintegrar, na plena capacidade e comunhão eclesial, pessoas que estiveram em seitas acatólicas condenadas ou de restaurar um espaço sagrado (igrejas, cemitérios) profanado. O Novo Direito Canônico conservou-o para reconciliação de cônjuges em crise matrimonial (7).

Se caminhamos para o âmbito bíblico-teológico, reconciliar significa unir o separado, pagar a dívida, passar da inimizade para a amizade e estabelecer a paz para sanar a ruptura (8). A raiz hebraica *kpr* conota aplacar, expiar, propiciar (9). Se formos à raiz do conceito teológico, defrontamo-nos com a dualidade graça e pecado. A reconciliação, a amizade com Deus, é graça, enquanto a inimizade é pecado.

Santo Tomás, ao explicitar o termo, relaciona-o com a paixão de Cristo que reconcilia os homens com Deus porque remove o pecado pelo qual eles se tornaram inimigos de Deus, e por ser sacrifício de Cristo muito aceito por Deus. O próprio Cristo ofereceu um sacrifício que aplacou a Deus (10).

O Concílio Vaticano II tangenciou o significado, ora fazendo eco a São Paulo, no sentido de que no sangue do cordeiro Deus nos reconciliou consigo e uns com os outros (GS 22), com o mundo (AG 3) e Jesus Cristo, o príncipe da paz, reconciliou com Deus, pela cruz, todos os homens (GS 78; NA 2). Na perspectiva ecumênica, fala-se da reconciliação entre orientais e ocidentais (UR 15), entre todos os cristãos (UR 24. 4) e se faz uma alusão direta à reconciliação dos judeus com os gentios (NA 4; LG 6).

João Paulo II, na Exortação apostólica pós-sinodal, *Reconciliação e penitência na missão atual da Igreja*, depois de tratar do tema geral da reconciliação com Deus pela remissão dos pecados, aborda o aspecto concreto da superação dos conflitos no mundo e no interior da Igreja. Acrescenta que “a Igreja promove a reconciliação na verdade, pois sabe bem que não são possíveis nem a reconciliação nem a unidade fora ou contra a verdade” (11).

7 Can.. 695.

8 D. BOROBIO, Penitência, O Deus da, in X. PIKAZA et alii, *Dicionário teológico. O Deus cristão*. São Paulo, Paulus, 1998, pp. 678-686.

9 J.E.TERRA, Reconciliação, in *Enc. luso-bras. de Cultura Verbo*, Lisboa, Ed Verbo, 1973, 1883-1886.

10 Summa Theologica, III q. 49 a. 4c.

11 JOÃO PAULO II: Exortação apostólica pós-sinodal, *Reconciliação e penitência na missão atual da Igreja*, n. 9.



O conceito reconciliação assumiu muita importância na filosofia dialética de Hegel e de Marx. Para essa introdução semântica, basta reter a concepção de que a reconciliação é um movimento imanente da história até sua plena realização tanto no nível do conhecimento – saber absoluto de Hegel – quanto na realidade da sociedade – sociedade comunista de K. Marx. Interessa perceber que o impulso vem de dentro da história e não de um ato livre de Deus. Imanentiza-se completamente a reconciliação. Implicitamente em muitas reflexões está o determinismo da tese, antítese e síntese, em patamares sempre superiores até uma reconciliação perfeita. Deus, Jesus Cristo e Igreja são supérfluos.

Em situações concretas políticas, quer por causa de guerra civil interna, quer por grave crise de governabilidade, ou de outro fator social, recorre-se à figura reconciliadora da união nacional. Às vezes, forças conservadoras e contra-revolucionárias das classes dominantes lançam mão da bandeira da reconciliação social a fim de impor a ideologia da ordem condizente com os próprios interesses. Então o sentido de reconciliação se deturpa e se transforma em manutenção do *status quo*⁽¹²⁾.

O termo reconciliação recebe alguma luz se lido a partir de outros conceitos que pertencem ao mesmo universo de experiência. Assim, “tensão”, em grego *ôûûô*, alude para a natureza de realidades que existem na unidade dinâmica de partes distintas. Elas resistem a tudo o que lhes ameaça a coerência intrínseca. Reconciliação instável e sadia. O desaparecimento da tensão anunciaria antes morte do que vida reconciliada. A tensão se mantém no limite da vida, sem explodir e sem ser abolida. Psicologicamente, a tensão se descarrega pela ação que ela move, para surgir de novo como propulsora do agir.

Já menos inocente é o conflito social. A etimologia latina – *conflictus*, de *confligere* – denota a idéia de choque, colisão, atrito entre diversos sujeitos. Reflete o clima de contestação, de luta entre pessoas, classes, grupos, nações. Revela antagonismo entre forças de ordem moral tendendo a desvencilharem-se, afastarem-se mutuamente. Subjazem-lhe interesses, paixões, que podem degenerar em entreveros até mortais. A reconciliação interfere na perspectiva da superação dos conflitos. No campo psicológico, o conflito reflete a perplexidade do sujeito diante de

12 J. COMBLIN: “O tema da reconciliação e a teologia na América Latina”, in REB 46(1986), p. 272-314: artigo que nos orientou em várias das reflexões acima expostas.



uma indeterminação no objeto de sua ação, entre ego e superego, instintos e princípios, entre pulsões (*Triebe*) do inconsciente e as aspirações conscientes (ego). As terapias visam ajudar o paciente a trabalhá-los.

A oposição entre sujeitos que se querem mal de morte chama-se ódio. S. João diz claramente que “*quem odeia o irmão é homicida*” (1Jo 3, 15). Deixando de lado o aspecto psicológico, doentio, o ódio se situa, de fato, na vertente ético-religiosa. Mais uma vez S. João: “*Quem odeia, vive nas trevas*” (1Jo 2,9). A reconciliação chama-se perdão, amor. São as únicas forças que vencem o ódio.

Na atualidade, a reconciliação defronta-se com o antagonismo da violência. Violência, na sua raiz etimológica, vem da palavra latina *vis*, carregando no seu bojo a “força” que é usada para alcançar determinado objetivo. As sociedades representam para si a violência conforme o estágio cultural que têm obtido. Segundo os antropólogos e paleontólogos, a humanidade nos seus inícios praticava extrema violência. Tinha que defender-se dos animais ferozes e dos ataques das tribos inimigas. À medida que se foi socializando e humanizando, começou a encontrar instrumentos para administrar a violência. O arcabouço jurídico visa, em grande parte, defender as pessoas de violências arbitrárias. Os Estados criaram os aparelhos de repressão para reservar para si o uso da violência, retirando-o do alvedrio de indivíduos ou grupos. Na sociedade multiplicam-se incontroláveis formas de violência, desde rixa entre indivíduos até agressões bélicas. Que mensagem de reconciliação a Eucaristia anuncia?

IV. Eucaristia e Reconciliação

Preparado o terreno, entremos no tema central. A pergunta soa: a Eucaristia tem realmente uma dimensão de reconciliação? Ou antes ela supõe já a reconciliação feita – existe o sacramento da reconciliação – e cumpre a função de alimento em vista da prática ética do cristão? A mentalidade do católico médio desconhece tal dimensão de reconciliação da Eucaristia, reservando-a para o sacramento da penitência. Reduziu-a, em grande parte, à qualidade de alimento espiritual, de realidade a ser adorada e de sacrifício poderoso para alívio das almas do purgatório e para obtenção de graças materiais e espirituais.

A tradição do 1º milênio e a reforma litúrgica do Vaticano II compreendem-na no horizonte da dimensão sacramental, do sinal. O próprio sacrifício se entende como memorial sob a forma sacramental.



Apesar de Santo Tomás fazer parte da teologia sacramental do 2º milênio, conservou, porém, elementos importantes da tradição patrística. Situa o sacramento “*in genere signi*” (13) – isto é no universo do sinal, do símbolo e não da coisa. Avançando, ensina que o sacramento na verdade se destina a significar a nossa santificação pela via do sinal, do símbolo. E distingue-lhe três sinais: sinal rememorativo, demonstrativo e prognóstico. Como sinal rememorativo, recorda o que antecedeu, a saber a paixão de Cristo; como sinal demonstrativo, aponta para o que em nós se realiza pela paixão de Cristo, a saber a graça; e finalmente como sinal prognóstico anuncia a glória futura (14).

Partindo dessa belíssima consideração de Santo Tomás e, de maneira análoga, fazem-nos três perguntas: em que a Eucaristia recorda a reconciliação, em que ela a realiza já e em que ela a anuncia. Para Santo Tomás, as respostas seriam paixão, graça e glória. Aqui ampliaremos o horizonte do conceito de reconciliação e sua relação com o passado da vida de Jesus, com o presente da celebração e com o compromisso futuro de quem celebra a Eucaristia.

1) A Eucaristia recorda a reconciliação

O âmago do plano salvífico de Deus se traduz bem pela reconciliação da humanidade consigo por meio de Jesus, dos povos entre si, simbolizados pelos judeus e gregos, e de Jesus Cristo com todas as potências do céu e da terra. Ela cobre a totalidade dos indivíduos, dos povos e das coisas.

Já no Antigo Testamento, encontramos o tema da aliança de Deus com toda a criação, ao ver que todo o criado *era muito bom* (Gn 1, 31), com a humanidade simbolizada em Adão e Eva, e depois do dilúvio na figura de Noé, com o povo de Israel no monte Sinai. E para as infidelidades, havia o ritual de expiação pelo sangue da vítima (Lv 4, 20.31; NM 15,25). O ano sabático e o jubileu carregavam a proposta de reconciliação, o descanso para terra por um ano (Lv 25, 4-5), o resgate das terras penhoradas e vendidas (Lv 25,28), o retorno ao grupo familiar (Lv 25,35ss), o perdão das dívidas (Lv 25,37ss), a libertação e emancipação dos escravos (Lv 25,54).

13 Summa Theologica. III q. 60 a. 1c.

14 Ibid. III q. 60, a. 3c.



Mas a reconciliação principal, de que a Eucaristia faz memória, com ressonâncias do Antigo Testamento, é a que Deus Pai, tomando a absoluta iniciativa, realiza por meio de Jesus Cristo. *“Pois é ele a nossa paz, ele, que de dois (pagãos e judeus) fez um só povo, derrubando o muro de separação, a inimizade, em sua própria carne; anulando a Lei dos mandamentos expressa em decretos, para fazer em si mesmo, dos dois, um só homem novo; estabelecendo a paz e reconciliando ambos com Deus num só corpo pela cruz; e matando em si mesmo a inimizade”* (Ef 2, 14-16); *“e aprovou a Deus [...] por ele reconciliar tudo para ele, pacificando pelo sangue de sua cruz todas as coisas, assim as da terra como as do céu* (Cl 1, 20) (15).

A Eucaristia recorda-nos como pecadores, *“ainda inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho”* (Rm 5,10), entre nós rompendo as barreiras de etnia, de gênero, de estamento social, pois *“já não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus* (Gl 3, 28). O preço da reconciliação foi caro para Deus, custando o sangue, a paixão e a morte de Jesus, *“pacificando pelo sangue de sua cruz todas as coisas, assim as da terra como as do céu”* (Cl 1,20). Recorda-nos que *“quem está em Cristo é criatura nova. O velho passou e um mundo novo se fez”* (2Cor 5,17).

A Eucaristia realiza-se sob a forma de refeição. Recorda a realidade fundamental e revolucionária da comensalidade de Jesus. No mundo judaico, de modo especial, a comida e a mesa discriminavam as pessoas. Judeus e pagãos se distinguiam por aquilo que comiam. À mesa judaica não se assentava qualquer um.

Jesus provoca uma revolução nesse campo, por sua prática de vida e por suas parábolas. Senta-se com os publicanos e pecadores para a refeição (Mt 9, 10s; Mc 2, 15s, Lc 5, 29,30). Não rechaça a mulher da vida que irrompe sala a dentro e põe-se a banhar-lhe os pés com as lágrimas. Antes a elogia (Lc 7, 36-49).

A parábola dos convidados encerra um ensinamento revolucionário. Em vez dos convidados de praxe, que se escusaram de vir, o rei manda os servos convidar à festa todos os que encontrarem pelas encruzilhadas dos caminhos (Mt 22, 9). Na leitura realista de Lucas eram os pobres,

15 J.E.TERRA, Reconciliação, in *Enc. luso-bras. de Cultura Verbo*, Lisboa, Ed Verbo, 1973, 1883-1886.



aleijados, cegos e coxos, que se encontravam nas praças e ruas da cidade (Lc 14, 21). Jesus subvertia toda hierarquia, diferença, desigualdade que a mesa implica. A praça e a rua simbolizam o lugar da mistura, da indistinção de raça, religião, nível social ou cultural. Essa comensalidade da parábola retrata a que Jesus vivia no cotidiano. Algo absolutamente insólito no seu tempo. J. D. Crossan fala de uma “comensalidade aberta, um ato de comer em conjunto sem usar a mesa como mapa em miniatura das discriminações verticais e separações laterais da sociedade” (16).

Mais profundamente, Jesus tinha um projeto igualitário radical, de que a comensalidade igual e igualitária se fazia sinal. O Reino de Deus anunciado por Jesus, como um processo de comensalidade aberta e de uma mesa não discriminatória, observa Crossan, reflete em miniatura uma sociedade não discriminatória, é “o símbolo e corporificação do igualitarismo radical, de uma absoluta igualdade de pessoas que nega a validade de qualquer discriminação entre elas e nega a necessidade de qualquer hierarquia entre elas (17). São Paulo universalizou tal experiência afirmando que “*então não haverá nem judeu nem grego, nem bárbaro nem cita, nem escravo nem livre, mas somente Cristo que será tudo em todos*” (Cl 3, 11). Esse projeto igualitário traduz, em outros termos, a reconciliação entre as pessoas, rompendo as barreiras.

2) A Eucaristia significa e realiza a reconciliação

A Eucaristia, memorial da vida e prática de Jesus, teologizada por Paulo, recorda a reconciliação. Toda a história de Jesus, marcada pela missão reconciliadora, vem à mente de quem celebra os mistérios eucarísticos. Não se trata de uma pura lembrança. Tudo o que se recorda, se realiza.

Demos um passo à frente. O sacramento significa o que realiza, realiza o que significa. Torna presente e real aquilo que os sinais significam. A dinâmica da celebração tem duas epicleses que nos orientam na percepção do verdadeiro significado da celebração, e, portanto, daquilo que ela torna presente e real para nós.

O termo *epiclesis* merece explicação. Na raiz está o verbo grego *kaleo* – chamar – com a partícula *epi* – sobre. É uma in-vocação do

16 J.D. CROSSAN. *Jesus. Uma biografia revolucionária*. Rio, Imago, 1995, p. 83.

17 Ibid.



Espírito Santo sobre alguma coisa ou pessoa. Na oração eucarística, pede-se o envio do Espírito Santo sobre as oblatas, isto é, sobre o pão e o vinho, para que se tornem o corpo sacramental de Jesus. É a primeira epiclese da transubstanciação.

Num segundo momento, invoca-se o Espírito Santo sobre os que vão comungar – a assembléia celebrante – para que ele os transforme no corpo eclesial mediante a comunhão no corpo sacramental. É a segunda epiclese de comunhão, de participação frutuosa, para a nossa transformação escatológica *Já* se comunga do Cristo glorioso em quem *ainda não* ressuscitamos, mas o faremos na plenitude dos tempos ⁽¹⁸⁾. Essa transformação não se faz sem a reconciliação, o perdão dos pecados. Por isso, perguntamos como entender a reconciliação na celebração eucarística?

A liturgia e teologia do segundo milênio acentuou de tal forma a primeira epiclese que deixou na sombra a segunda, desconhecendo-a. A proposta desta reflexão é inverter a dinâmica, mostrando como a dimensão de constituição do corpo eclesial reconciliado pertence intrinsecamente à Eucaristia em função da qual se pede a epiclese da transubstanciação. É uma inversão radical ⁽¹⁹⁾.

A piedade comum e tradicional concentrava-se na epiclese da transubstanciação e se entregava à adoração da hóstia consagrada. Do momento da consagração em diante, mudava totalmente o clima da celebração, já que se contava com a presença real de Jesus. E a hóstia consagrada, aonde fosse, levava essa presença e era adorada. Nasceu daí a devoção muito divulgada da adoração ao Santíssimo, da comunhão independente da missa.

Nesse caso, insistia-se na confissão sacramental antes da comunhão, já que para receber o Senhor era necessário estar o mais santo possível. Havia pessoas que chegavam a confessar antes de cada comunhão. Criara-se, aliás, a consciência difusa entre os católicos médios de que não se comunga sem antes confessar. A Eucaristia perdera totalmente o caráter de reconciliação. Predominava o de alimento espiritual para viver na graça de Deus. Comunhão se associava com graça. Quantas mais comunhões, mais graças se obtinham.

18 C. GIRAUDO, op. cit., p. 307.612.

19 Apoiamo-nos no sério e aprofundado estudo de C. GIRAUDO sobre as anáforas, na obra citada acima.



Mudando a compreensão da relação entre as duas epicleses, segue-se também nova percepção da Eucaristia. A epiclesa sobre as oblatas transubstancia-as no corpo sacramental de Jesus. Ele não existe por ele mesmo. A Eucaristia não é para Jesus ser adorado. Mas para exprimir a entrega dele a nós a fim de que nos entreguemos aos irmãos.

Pede-se ao Espírito para que a comunhão no corpo e sangue do Senhor que os fiéis estão prestes a fazer os reforce na piedade, em relação profunda com Deus, e lhes obtenha a remissão dos pecados e a vida eterna, e que sejam afastados da sedução do diabo e reconciliados com Deus ⁽²⁰⁾.

O sentido reconciliador da Eucaristia se entende a partir da situação existencial de pecador de quem participa dela. Somos sempre pecadores e necessitamos da reconciliação. Esse sentido de reconciliação do pecador subordina a si a epiclesa para a transformação das oblatas e com ela o bloco do relato da Instituição, a anamnese que se segue. Mais uma vez cito a C. Giraudo, que resume muito bem essa situação.

“De fato, celebramos a Eucaristia, não já na medida em que temos consciência de nossa justiça, mas na medida em que percebemos em nós as lacerações profundas da culpa original, na medida em que sabemos viver a dimensão teológica do pecado. Em outras palavras: é a consciência de nossa dispersão teológica o verdadeiro móvel que nos constitui em assembléia eucarística para nos permitirmos pedir de Deus Pai, por uma injunção suplicante, que nos reúna escatologicamente no único corpo eclesial, por força de nossa comunhão no único corpo sacramental” ⁽²¹⁾.

O mesmo autor cita a Santo Ambrósio que já insistira em tal perspectiva. “Portanto, cada vez que o recebes, o que te diz o Apóstolo? *“Cada vez que o recebemos, anunciamos a morte do Senhor”* [cf. 1Cor 11,26]. Se anunciamos a morte, anunciamos a remissão dos pecados. Se cada vez que o sangue é derramado, ele o é para a remissão dos pecados, então devo recebê-lo sempre, para que sempre me perdoe os pecados. Eu, que sempre peço, sempre devo ter o remédio” ⁽²²⁾.

Apesar de a teologia comum ter seguido de perto o Concílio de Trento, não valorizou suficientemente o que o próprio Concílio ensina sobre essa dimensão de reconciliação da Eucaristia. “E, como neste divino

20 C. GIRAUDO, p. 269.

21 Idem, p. 308.

22 Santo AMBRÓSIO, *De Sacramentis*, 4, 28 (SC 25bos 116-119).



sacrifício que se realiza na Missa está contido e é incruentamente imolado o mesmo Cristo que se ofereceu de uma vez para sempre de maneira cruenta no altar da cruz [cf. Hb 9,14.27ss], o santo Sínodo ensina que este sacrifício é verdadeiramente propiciatório [cân. 3]; se, com o coração sincero e a reta fé, com temor e reverência, contritos e penitentes, nos aproximamos de Deus, “obtemos” por ele “misericórdia e encontramos a graça por um auxílio oportuno” [Hb 4,16]. Aplacado por esta oblação, o Senhor, concedendo a graça e o dom da penitência, perdoa os crimes e os pecados, por grandes que sejam. Pois uma só e mesma é a vítima, ele que se ofereceu outrora na cruz, oferecendo-se agora pelo ministério dos sacerdotes; só o modo de oferecer é diverso (23).

E a afirmação teológica se funda na realidade de que o sacrifício da missa tem a mesma “eficácia salvífica” que o sacrifício da cruz. A missa é toda a cruz também no que concerne à remissão dos pecados. As próprias palavras do relato da instituição: “derramado em remissão dos pecados”, ligadas ao sangue e, na tradição anafórica, também ao pão, o denotam. Assim o relato institucional, com as palavras de Cristo referentes ao pão e ao cálice, constitui o lugar teológico escriturístico por excelência, da reconciliação e remissão dos pecados (24).

Afirmações tão contundentes do Concílio sofreram intervenções de reserva no seu próprio interior e apesar disso foram mantidas. E por que esse aspecto da Eucaristia praticamente caiu no olvido? Pesou certamente a posição de São Paulo na epístola aos Coríntios, em que adverte seriamente para a dignidade de quem participa da ceia do Senhor, aludindo a abusos no interior da comunidade. “Assim, pois, quem come o pão ou bebe o cálice do Senhor indignamente será réu do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, o homem a si mesmo e então coma do pão e beba do cálice; pois aquele que, sem discernir o corpo [do Senhor], come e bebe, come e bebe sua própria condenação (1Cor 11, 27-29).

O próprio Concílio de Trento, em referência à remissão dos pecados, recorda as normas costumeiras da disciplina eclesiástica. “O costume da Igreja declara que é preciso um exame para que ninguém, por mais contrito que ele se considere, se aproxime da sagrada Eucaristia sem antes confessar sacramentalmente, caso esteja consciente de algum pecado mortal” (25).

23 DENZINGER-HÜNERMANN, trad. à cura de J. KONINGS, no prelo, n. 1743.

24 C. GIRAUDDO, p. 225.

25 DH, n. 1647.



Dois dados: a Eucaristia perdoa pecados por mais graves que sejam e a obrigação de confessar antes de comungar se alguém tiver consciência de algum pecado mortal, mesmo contrito. Como interpretar teologicamente esses dois dados?

Não tem sentido comungar alguém que está em pecado mortal no sentido de opção fundamental de desamor. Como vai participar da entrega de Jesus a ele, se ele não quer entregar-se a ninguém e vive no egoísmo radical? Também nem tem sentido vir à missa. Ela não é uma coisa que se faz à margem de nossa atitude existencial fundamental. Quem vem livre e conscientemente participar da Eucaristia, já está em condições de comungar no sentido teologal. Já não cai sob a suspeita de São Paulo.

Disciplinar e pedagogicamente a Igreja, mesmo que a pessoa esteja desejosa e em condições de participar da Eucaristia, pode prescrever normas práticas. Essas, no entanto, se subordinam à condição teologal. O próprio Concílio reconhece-o quando no número seguinte isenta os presbíteros dessa regra em dadas condições. Basta haver uma única situação excepcional para que se entenda que a obrigação da confissão não é exigência intrínseca da participação da comunhão. Além do mais, as disciplinas variam conforme as mentalidades e tempos. Hoje certamente não nos sentimos sob a mesma coerção que outrora por causa de um crescimento da liberdade das consciências, da superposição da pessoa humana em relação a normas.

Quem estivesse em pecado mortal, pelo fato de aproximar-se da Eucaristia com a intenção de comungar realmente do corpo sacramental do Senhor e assim constituir o corpo eclesial, já não estaria em pecado. Essa Eucaristia perdoa qualquer pecado. A questão se resume à obediência de uma norma disciplinar grave da Igreja. E para tal, vale uma reflexão de K. Rahner. Se o fiel tem “ignorância invencível”, isto é, não consegue entender existencialmente a norma objetiva, já não está obrigado a ela. Não se entra no mérito da discussão da prescrição, mas de sua força imperativa sobre a consciência.

Avançando a reflexão teológica, levanta-se pergunta ulterior: qual é a diferença da reconciliação própria do Sacramento da Penitência e a que se realiza em toda Eucaristia, já que a Igreja tem dois sacramentos? Por que não bastariam os sacramentos do Batismo e da Eucaristia?

Sacramenta propter homines, diz a velha catequese. Os sacramentos existem por causa de nós. O sacramento da penitência ou da reconciliação tem uma função teologal, pedagógica, que justifica sua



existência. Não se trata da simples facticidade do perdão, nem de passar do estado de pecado para o de graça. Sabemos que quem se arrepende e orienta fundamentalmente a vida para Deus e para o irmão já está na graça, anteriormente a qualquer confissão.

O Sacramento da Penitência situa o fiel diante de sua consciência de pecador bem concretamente na pluralidade de seus pecados. Inquire-o no referente à sua opção fundamental de vida e à prática futura. Provoca-o a um arrependimento concreto dos pecados e a uma orientação existencial reordenada. E por esse gesto ele se reconcilia com a Igreja e por meio dela com Deus. É o sacramento da penitência.

No rito penitencial do início da celebração eucarística, o fiel não se detém em nenhum exame de consciência pormenorizado. Nem a brevidade do tempo nem a maneira como tal rito se desenrola o propiciam. Trata-se de tomar consciência da própria condição existencial humana de pecador e como tal pôr-se diante do mistério que vai celebrar, com o desejo e pedido de que a presença do corpo sacramental de Jesus o transformará no corpo eclesial de entrega aos irmãos.

A recitação da oração do Pai Nosso na liturgia tem um significado de reconciliação. A invocação “perdoai as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido” adquire pleno sentido na celebração, ao ser colocada antes da comunhão. O gesto reconciliador prepara o fiel para comungar do corpo sacramental do Senhor e assim tornar-se corpo eclesial.

Na mesma perspectiva de reconciliação, a liturgia insiste na oração e no gesto da paz. Recorda que Jesus nos deixou a paz. E explicitamente a relaciona com a nossa condição de pecadores, pedindo que o Senhor não olhe para os nossos pecados, mas para a fé da Igreja. Depois dessa oração de reconciliação, os fiéis trocam um sinal de paz. E aquele a quem se saúda re-presenta – torna presentes – aquelas pessoas com as quais queremos reconciliar-nos pelo mútuo perdão. O gesto litúrgico da paz reproduz o espírito de acolhida do irmão, daquele que estiver ao lado, sem nenhum privilégio nem precedência nem discriminação. Dar e receber a paz se faz condição para participar do corpo sacramental do Senhor. Tal gesto lembra a prescrição de Jesus: *“Portanto, se estiveres diante do altar para apresentar tua oferta e ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa tua oferta lá diante do altar, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão e então volta para apresentar tua oferta”* (Mt 5, 23s).



Uma comunidade que não vivesse em paz, não estaria em condição de comungar. É a essa situação a que se refere São Paulo (1Cor 11, 17-34). Entre as belas histórias das CEBs, conta-se que certo sacerdote viera para celebrar a missa. Os coordenadores da comunidade disseram-lhe que não haveria celebração porque houve grave dissensão no interior da CEB, e só depois de que se restabelecesse a paz e se reconciassem as pessoas, eles celebrariam a Eucaristia.

Há um toque simbólico bonito. A paz parte do altar. Não se trata de precedência nem importância, mas de simbolismo. O altar simboliza o corpo de Cristo e dele promana a paz. Ao abraçarem-se, os fiéis manifestam e realizam a reconciliação entre si. Fora disso, o gesto se torna vazio e de uma festividade frívola.

3) A Eucaristia anuncia a reconciliação

A Eucaristia recorda e realiza a reconciliação. Vivemos, no entanto, num mundo dividido ou, como disse João Paulo II, despedaçado. Como anunciar nele a reconciliação? Cada celebração cumpre esse papel profético.

Dimensão escatológica

Numa das atuais aclamações depois da elevação, os fiéis dizem: “Anunciamos, Senhor, a vossa morte e proclamamos a vossa ressurreição. Vinde, Senhor Jesus!” E noutra, retoma-se a mesma idéia escatológica, de origem paulina: “Todas as vezes que comemos deste pão e bebemos deste cálice, anunciamos, Senhor, a vossa morte enquanto esperamos a vossa vinda!” (1Cor 11, 26).

A Eucaristia como sinal prognóstico principal anuncia, para além da história, a reconciliação plena de todas as pessoas, do cosmos. Elemento fundamental da teologia paulina da reconciliação, como se viu acima.

Teilhard de Chardin na “Missa sobre o Mundo”, deixou-nos um hino, uma oração, um testemunho místico. Vê na presença real de Cristo na Eucaristia, para além da hóstia transubstanciada, “a operação sacerdotal que se estende ao próprio Cosmo”. “A Matéria toda sofre, lenta e irresistivelmente, a grande Consagração”. “Quando Cristo, prolongando o movimento de sua encarnação, desce no pão para substituí-



lo, sua ação não se limita à parcela material que sua Presença vem, por um momento, volatilizar. Mas a transubstanciação se aureola de uma divinização real, embora atenuada, de todo o Universo. Do elemento cósmico em que se inseriu, o Verbo age para subjugar e assimilar a si todo o resto” (26).

Como ninguém, Teilhard percebeu o apelo à unidade, que, no fundo, significa gigantesca reconciliação de todo o Cosmo. “Recebei, Senhor, esta Hóstia total que a Criação, movida pela vossa atração, vos apresenta nesta nova aurora. Este pão, nosso esforço, em si mesmo, sei bem, não é mais que uma desagregação imensa. Este vinho, nossa dor, ainda não é mais que uma dissolvente bebida. Todavia, no fundo dessa massa informe, colocastes – sei bem disso porque o sinto – um irresistível e santificante desejo que nos faz a todos clamar, desde o ímpio até o fiel:”Senhor, fazei-nos um (27)!”

Na Igreja

A Eucaristia anuncia uma Igreja cuja missão é a reconciliação. Ela estremece, humilde, diante da ousadia de São Paulo: *Portanto, desempenhamos o encargo de embaixadores em nome de Cristo e é Deus mesmo quem exorta por nosso intermédio. Em nome de Cristo vos pedimos: reconciliai-vos com Deus!* (2Cor 5,20). *Tudo isso vem de Deus, que nos reconciliou por Cristo e nos confiou o ministério desta reconciliação.* (2Cor 5, 18). João Paulo II acrescenta que ela, a Igreja, só está em condições de cumprir essa missão, se estiver internamente reconciliada.

A reconciliação, que se realizou na celebração, prolonga-se na vida dos fiéis como reconciliados. Eles se tornam nova criatura, ao ser um em Cristo, ao viver como Cristo, ao estar em íntima união com ele, ao habitar a nova esfera de vida do Espírito e sob sua ação (28). Isto implica uma nova ética.

A necessidade de uma Igreja reconciliada para cumprir a missão da reconciliação levanta logo a questão da união dos cristãos como

26 T. DE CHARDIN, “A missa sobre o mundo”, in *Hino do Universo*, Introdução de N. M. Wildiers, São Paulo, Paulus, 1994, p.16.

27 Idem, op. cit. p. 20.

28 D. BOROBIÓ, Penitência, O Deus da, in X. PIKAZA et alii, *Dicionário teológico. O Deus cristão*. São Paulo, Paulus, 1998, pp. 678-686.



necessidade eucarística. Não se trata de benevolência ou condescendência, mas de exigência de quem celebra a Eucaristia. E nesse contexto, impõe-se uma reflexão sobre a hospitalidade eucarística em vista da intercomunhão.

A hospitalidade eucarística consiste na possibilidade de participar nas eucaristias celebradas por outra confissão. Assim, um visitante de uma outra Igreja sente-se acolhido e aceito à participação da celebração da ceia do Senhor, até que um dia as igrejas juntas celebrem a mesma Eucaristia em verdadeira intercomunhão.

A posição oficial católica atualmente parte de que para a hospitalidade eucarística e a intercomunhão requer-se a união do ministério hierárquico já acontecida. Primeiro a união das Igrejas, depois a hospitalidade eucarística. Será que não se pode pensar o processo inverso?

O ideal e a meta, sonhados e desejados por Jesus, é que “todos sejam um”. Mas enquanto isso não se realiza, por que não considerar cada celebração eucarística participada pelas igrejas desejosas de tal união uma espécie de viático para a união? Quanto mais hospitalidade eucarística melhor, porque por ela se caminha em direção à união, pela força reconciliadora da Eucaristia. Vigieria a dialética do “já e ainda não”. O “já” seria cada celebração junto e o “ainda não” a intercomunhão perfeita.

Retomando a tese de J. D. Crossan de que a convivialidade de Jesus foi traço fundamental e revolucionário da pregação do Reino, perguntamos se a Eucaristia não está a anunciar tal convivialidade com todos os batizados que queiram participar desse banquete de Jesus. Por meio da convivialidade se manifesta visivelmente um igualitarismo que rompe com as barreiras disciplinares existentes. Tanto mais importante se faz ser sacramento de tal atitude fundamental de Jesus quanto mais está em decréscimo a comensalidade na sociedade moderna e pós-industrial. Há uma destruição da mesa, da refeição, não tanto pela aristocracia do comer, mas muito mais pela vulgarização e animalização dos *fast-foods*, *self-services*, dos *sandúches à porter*, e congêneres. Só sobrou o gesto animal de comer, ruindo o encontro humano, convivial. A Eucaristia anuncia para o mundo de hoje a importância do encontro em torno de uma mesma mesa, do Senhor no templo e da família nas casas.

Mais problemática, embora pensável, é uma hospitalidade eucarística que se abra às outras religiões e aos homens e mulheres de



boa vontade. A questão teológica mais grave vem da necessidade do primeiro passo do batismo para possível participação eucarística. É possível pensar que todo aquele que desejasse no interior, livre e conscientemente, participar do mistério eucarístico, já, no fundo, tem o que os antigos chamavam de “batismo de desejo”? E isso seria suficiente para uma participação autêntica da ceia do Senhor? Temos muito caminho a trilhar.

Na realidade secular

Um último passo. Que anúncio de reconciliação a Igreja propõe ao mundo secular de hoje? Reconciliar significa superar as alienações, as fissuras, as divisões, os conflitos que atravessam os indivíduos por dentro, as relações interpessoais e comunitárias, a sociedade nos diversos âmbitos.

No nível pessoal, diferentemente da antropologia semita e de tradições culturais de países asiáticos, o pensamento ocidental acentua a dicotomia entre sujeito e objeto. Na modernidade, tal marca se aprofunda. O sujeito moderno se percebe problemático em face do mundo exterior, dilacerado, dividido. Multiplicam-se os binômios que o perseguem: matéria-espírito, liberdade-necessidade, razão-natureza, indivíduo-sociedade, homem-mundo exterior, razão-sentimento, razão-desejo ⁽²⁹⁾.

A psicanálise vasculha o interior do ser humano atormentado em busca de encontrar no psiquismo a raiz última do dilaceramento. K. Rahner introduz distinção enriquecedora entre natureza e pessoa. A pessoa, como centro decisório, relaciona-se dialeticamente com a natureza, enquanto realidade dada e construída. Cada decisão da pessoa configura a natureza que, por sua vez, se torna o peso morto a ser movido pelas decisões. O mal, enquanto relíquia das decisões pecaminosas, se incrusta na natureza, tornando-a remora para as ações boas. Nessa fissura entre natureza e pessoa consiste a concupiscência. Sob o aspecto positivo, a natureza carrega o bem construído e resiste às solitações do mal. É uma defesa. Popularmente se fala de boa índole, que protege as pessoas, de condutas perniciosas.

A Eucaristia sana esse valo entre natureza e pessoa, integrando a natureza reconciliada a uma pessoa que opta pela saída de si em direção

29 J. COMBLIN: “O tema da reconciliação e a teologia na América Latina”, in REB 46(1986), p. 272-314.



a Deus e aos irmãos. Cada celebração integra-nos mais, desalienando-nos da grande alienação do individualismo.

O passo seguinte da integração pessoal, como efeito e causa simultaneamente, surge das relações intersubjetivas e comunitárias. A pessoa integrada comunica-se melhor com os outros e esta comunicação a integra mais ainda. Acontece um movimento circular, de mútua influência. A Eucaristia celebra-se em comunidade. Comunga-se o corpo sacramental do Senhor para construir o corpo eclesial. A comunidade se constitui como fruto primeiro da Eucaristia. O Senhor entrega-se-nos para que nos entreguemos aos irmãos. Aí se realiza o *opus operatum* por excelência da Eucaristia, isto é, a obra que ela opera pela força interna do Sacramento, assumido na liberdade e consciência das pessoas.

A primeira epiclese, como vimos acima, transubstancia o pão e o vinho no corpo do Senhor para que os comungantes se tornem um só corpo e um só espírito. O maior anúncio profético e utópico da Eucaristia consiste em fazer de pessoas tão diferentes uma comunidade de acolhida, de perdão, de amor.

O crescente intimismo da devoção eucarística ocultou-lhe a dimensão política. Coube à teologia da libertação o mérito de desalienar o sacramento do Senhor de uma cultura centrada e orientada para o mundo privado das pessoas. Paulo VI, em mordaz crítica ao capitalismo liberal, resume-o em três afirmações contundentes: “o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes” (30).

Essa estrutura econômica molda a cultura de maneira que as coisas e pessoas são vistas sob o ângulo do interesse econômico, da concorrência e da propriedade privada. A Eucaristia rompe radicalmente com tal concepção, uma vez que ela proclama a entrega livre e amorosa do Senhor aos humanos para que eles repitam gesto semelhante respeito aos demais. Ela ensina a distinguir o impulso de posse e a aspiração do amor. Nela, tudo é dom.

A. Heller ensina-nos a ver na sociedade capitalista as realidades, não como elementos isolados, mas como fruto da estrutura social fundamental dum sistema fundado sobre a produção em vista do lucro.

30 PAULO VI, Encíclica *Populorum progressio* sobre o Desenvolvimento dos povos, n. 26.



Daí impõem-se três atitudes: observar, refletir criticamente, e desmascarar o jogo ideológico⁽³¹⁾. A Eucaristia não escapa desse jogo. Cumpre sua função ao desvendar o uso ideológico que se faz dela em prol de interesses do *status quo*, assumindo por opção livre e consciente os interesses, também ideológicos, dos pobres. A diferença consiste em que o evangelho aponta para os pobres e não para uma sociedade de exploração.

Que tipo de reconciliação anunciar na atual sociedade? Assediamos propostas capciosas e sedutoras. Concebe-se a sociedade como um grande organismo com enfermidades a serem curadas. A Eucaristia desempenha nela o papel de remédio. Aliás, metáfora muito usada na tradição espiritual. Pressupõe-se que o organismo social não tem nenhuma contradição radical, mas simples disfunções. E essas carecem de curas tóxicas.

Mais sedutora ainda se apresenta a proposta da Nova Era. Anuncia-se para a humanidade um tempo de harmonia, a Era de Aquário, deixando para trás a Era de Peixes, turbulenta, com suas guerras de religiões. Propõe-se criar uma religião universal que substitua todas as outras, fontes de conflitos. Fala-se de uma “nebulosa místico-esotérica”⁽³²⁾. Instaure-se uma nova consciência planetária da comunidade humana. Esta brota de uma experiência mística de sintonia e totalização com o cosmos e é fruto da evolução plena, expressa na sabedoria, no estado de *consciência* e amor plenos. Ainda mais maravilhoso é o fato de que tal se dá pela força do movimento dos astros. Não nasce de nenhum parto histórico, mas cósmico. A nova espiritualidade vence a insolidariedade e o materialismo. Instaure era de amor, concórdia, luz, verdadeira libertação do espírito. Assiste-se à volta de um novo Cristo, não o histórico, mas o *Maitreya*, ligado ao universo religioso budista. A reconciliação adquire nessa visão outra compreensão e não necessita de nenhum Cristo palestinese nem da Eucaristia. Entramos nela pela conjunção dos astros.

A reconciliação, em perspectiva crítica, implica concepção dialética da sociedade. As contradições não surgem de pequenos distúrbios gástricos da formação social, mas de profundas forças em oposição. E a reconciliação não se faz por meio de uma panacéia homeopática. Mas

31 A. HELLER, “O futuro das relações entre sexos”, in *Encontros com a Civ. Bras* 3 (1980), n. 26, pp. 49-61.

32 F. CHAMPION: *La nébuleuse mystique-ésotérique. Orientations psychoreligieuses des courants. mystiques et ésotériques contemporains*, in Id. et D. Hervieu-Léger, *De l’émotion en religion. Renouveaux et traditions*, Paris, Centurion, 1990, 17-69.

requer intervenção cirúrgica dolorosa, atingindo o cisto maligno. Em termos teológicos, a reconciliação pede conversão. E ao atingir a realidade social, ela não se satisfaz com qualquer alteração. Na própria etimologia de conversão (*cum+versio* – mudança) se incrusta a idéia de correção de direção. E quanto mais profunda a conversão, tanto mais radical a transformação.

Ao procurar reconciliar a Igreja com o mundo moderno na virada do milênio, João Paulo II referiu-se à necessidade da “purificação da memória”. Esse gesto traduziu-se no pedido de perdão pelas infidelidades de muitos dos filhos da Igreja ao longo da história. De maneira expressiva, promoveu comovente Liturgia no dia 12 de Março de 2000 na basílica de S. Pedro, durante a qual, com os olhos fixos no Crucifixo, o Papa se fez porta-voz da Igreja, pedindo perdão pelo pecado de todos os seus filhos. “Esta « purificação da memória », acrescentou o Papa, “reforçou os nossos passos no caminho para o futuro, tornando-nos ao mesmo tempo mais humildes e vigilantes na nossa adesão ao Evangelho” (33).

A teologia da libertação aponta para o risco de essa purificação da memória permanecer unicamente no plano religioso, psicológico e simbólico, sem descer à verdadeira libertação estrutural como mediação necessária. Caricaturando, seria como se numa celebração posseiros, grileiros e latifundiários se dessem simbolicamente as mãos para rezarem juntos o Pai Nosso, encobrindo a contradição existente na realidade. O gesto de juntarem-se as mãos só adquire verdade se as pessoas se empenharem na solução do conflito real. Não basta recorrer a processos administrativos e técnicos que pulem arestas, em vez de ir à raiz da contradição (34).

O discurso religioso conserva permanente tentação de esvaziar-se, de tornar-se abstrato e lírico em vez de enfrentar e trabalhar o conflito no concreto da realidade social. A natureza da reconciliação anunciada pela Eucaristia é teológica, universal, mas implica, na sua realização, mediações políticas, particulares. Há distinção de dimensões, mas não separação. Não se realiza uma sem a outra. O risco da ideologização consiste em atribuir o caráter universal da reconciliação teológica a uma forma interessada de reconciliação.

33 JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Novo millennio ineunte*, no termo do Grande Jubileu do Ano 2000.

34 R. SCHREITER, *Violencia y reconciliación. Misión y ministerio en un orden social en cambio*, Santander, Sal Terrae, 1992: 17-48.



As reconciliações políticas precisam passar pelo crivo crítico das ciências sociais e, depois, ser lidas à luz da fé. As ciências revelam a objetividade dos interesses em jogo e só assim se têm condições de perceber a incidência da fé. Dois exemplos opostos permitem concretizar tal reflexão teórica. Ambos, tomados do Chile.

O golpe sangrento e violento de Pinochet contra o Governo de Salvador Allende apelou para razões religiosas em nome da defesa da civilização cristã. Soava uma espécie de reconciliação da nação com a consciência cristã, ameaçada pela tendência socializante do regime de Allende. Algo semelhante passou no golpe de 1964 no Brasil. No entanto, a mais primária análise crítica percebe outras razões determinantes, políticas e econômicas. Estavam em jogo os interesses de uma burguesia ameaçada por tendências socializantes. Sem essa análise, apressar-se a falar de uma reconciliação, de uma ação da Divina Providência configurasse, no mínimo, imperdoável ingenuidade.

Já por sua vez, o rito de purificação que se promoveu no Estádio Nacional de Santiago de Chile, em memória das mais de 900 pessoas executadas, sem falar das desaparecidas, adquiriu sentido de verdadeira reconciliação da consciência nacional ⁽³⁵⁾. Nesse contexto teria sentido celebrar uma Eucaristia, enquanto as missas que se celebraram no Brasil comemorando o Golpe militar destoavam do seu sentido profundo.

Nos anos de repressão do Chile, a Igreja lançou o plano nacional de pastoral da “reconciliação na verdade”, criando uma *Vicaría de la Solidaridad*. Depois da queda do regime militar chileno, abriu “casas de reconciliação” para ouvir os relatos dos sofrimentos dos perseguidos do regime ⁽³⁶⁾. Destarte a Igreja se constituiu verdadeira ministra da reconciliação, em autêntico espírito eucarístico.

As CEBs, a partir da opção pelos pobres e num processo de libertação, lançam real plataforma de reconciliação. Nelas acontece um ecumenismo de base que revela tal espírito. E a comunhão de causa vai mais longe, reconhecendo como companheiros todos os que se empenham no projeto comum da libertação ⁽³⁷⁾.

Para além do pedido de perdão de João Paulo II, tanto aos índios quanto aos negros, pela violência no processo de colonização e

35 Idem, op. cit., p. 110s.

36 Idem, op. cit., p. 98s.

37 J. PEREIRA RAMALHO, “Ecumenismo brotando da base”, in SEDOC 11 (1979) n. 118, col. 842-845.



evangelização nas Américas, resta enorme tarefa de reconciliação. Hoje ela recebe o nome de diálogo inter-religioso, de inculturação, de incorporação sincrética nas expressões de fé, na liturgia e no ministério. A Eucaristia está a anunciar tal perspectiva pela força mesma de sua natureza simbólica. Símbolo adquire aqui a expressão máxima de sua etimologia, unindo, lançando pontes entre continentes até então separados. Nos três espaços da fé, da liturgia e do ministério, a Igreja na América Latina vê a reconciliação mais como tarefa futura e utópica do que realizada e vivida.

Conclusão

À guisa de conclusão, cito um exemplo da Colômbia. Este país tem vivido já faz tempo situações de extrema violência. Nasceu então por iniciativa do Padre Leonel Narváez a ESPERE - Escola de Perdão e Reconciliação. Funciona em diversas áreas, através de grupos que se reúnem com monitores treinados em universidades, com psicólogos e psiquiatras, para discutir os conflitos e promover a reconciliação entre as pessoas. Pretende romper o círculo da violência pela via do perdão entre ofensores e ofendidos. Só assim que ambos se humanizam. Trabalha junto às FARC, a grupos para-militares, na linha do desarmamento e da reintegração social de jovens guerrilheiros.

A Eucaristia, vista como sacramento da reconciliação, manifesta realmente seu verdadeiro alcance profético e prognóstico ao promover essas ações de reconciliação. O “ide em paz e o Senhor vos acompanhe” não significa mera despedida descomprometida, mas soa como uma ordem: “construí uma comunidade e sociedade reconciliada”!

Endereço do Autor:

Residência S. Roberto Bellarmino
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127
Planalto
31720-300 Belo Horizonte, MG